
Capítulo X

Reformas educacionais, reconversão productiva e a constituição de un novo sujeito

◀◀ João dos Reis Silva Júnior*

A segunda metade dos anos noventa apresentou-se pródiga em iniciativas oficiais na esfera educacional, que em uma primeira leitura nos leva a concluir que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da educação, objetiva uma ampla reforma em tal âmbito de atividade humana digna de nota na história da educação brasileira. Em última instância, essas profundas mudanças educacionais estariam formando a população brasileira em processos cognitivos, nos necessários conteúdos postos pela mundialização do capital, tornando cada cidadão apto para o trabalho (competente e empregável) e preparando um novo cidadão crítico para o mundo globalizado.

As reforma educacional é produzida por meio de uma profusão de medidas jurídico-administrativas, mas, destaca-se, sobretudo, a natureza qualitativa de tais mudanças. Senão vejamos, em seu governo assistimos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais; das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico MEC/CNE, dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, das diretrizes curriculares para cursos de graduação, da regulamentação dos cursos seqüenciais, dos Processos de Avaliação da Educação Brasileira, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, da Descentralização ou Desconcentração da gestão educacional, da

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Co-autor do livro: *Novas faces da educação superior no Brasil. Reforma do Estado e mudança na produção* (Bragança Paulista: Edusf, 1999).

reorganização da educação superior, da eventual mudança do conceito de Autonomia Universitária na Constituição ou sua regulamentação, do autoritário decreto sobre a formação de professores, etc.

Todas essas leis, decretos leis e outros expedientes jurídico-administrativos nos levam a crer em larga e profunda mudança na educação brasileira, na direção da construção e fortalecimento da cidadania e do aumento das possibilidades de emprego por meio dos discursos dos reformadores ou de seus arautos com grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardeamento do novo cidadão brasileiro, cujo perfil teria como pilares o *modelo de competência e da empregabilidade*. Muito convincente, não fosse a conjuntura brasileira, com seus traços acentuados na segunda metade da década de noventa: a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, a desnacionalização da economia brasileira, a desindustrialização, a transformação da estrutura do mercado de trabalho, a terceirização e a precarização do trabalho, a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, a flexibilização das relações trabalhistas, o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos e partidos políticos; o trânsito de sociedade do emprego(trabalho com direitos sociais) para a sociedade do trabalho(sem os direitos sociais conquistados).

Emerge do que apresentamos acima uma contradição, que exige teórica e historicamente sua superação. Como compreendê-la?

O genial pensador italiano Antonio Gramsci, em seu ensaio *Americanismo e Fordismo*, ao analisar a possibilidade de transformações profundas na Europa, por meio da introdução de uma nova base produtiva e de novas formas de produção e reprodução da sociedade da época, assinalava a resistência que tal movimento encontraria para consolidar-se no Velho Continente do início do século, no contexto de trânsito do “individualismo econômico para uma economia programática”.

Gramsci indicava um itinerário analítico, no qual os processos sociais e culturais produzidos por instituições cristalizadas historicamente na Europa, que se realizavam nas práticas sociais dos indivíduos, não podiam ser plenamente entendidos se desvinculados das transformações na base produtiva. Criticava a cultura européia por desejar “a mulher embriagada e o tonel cheio”, donde derivaria toda a resistência à introdução do novo ser social e uma nova forma de produção material da vida humana. Insistia na compreensão do processo de ruptura, ao mesmo tempo, de continuidade histórica, do modo de produção capitalista a partir da articulação da economia com materialidade instituída das relações sociais. Seria necessária a compreensão das mudanças sociais e a produção de um novo homem, os processos de formação do sujeito no âmbito do trabalho e dos processos de reprodução social. Argumentava Gramsci, que o:

Interesse de Leon Davidov [Trotsky] pelo americanismo; seus artigos, suas pesquisas sobre o *byt* e sobre a literatura; estas atividades eram menos desconexas entre si do que poderiam parecer, pois os novos métodos de trabalho estão indissolivelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indissolivelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas tentativas (mesmo que falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem (Gramsci, 1988: p. 396).

Considere-se que o pensador italiano referia-se a determinada fase histórica do capitalismo, quando as relações sociais de produção e a política no sentido restrito, bem como as características da base produtiva pareciam mais explícitas – quando a “destruição criativa”, característica da modernidade, apresentava-se com maior nitidez -, do que o momento histórico do capitalismo atual, quando a expressão cultural parece derivar da emergência em profusão e da hegemonia dos signos, conjugadas com o predomínio da imagem e da linguagem sobre as outras formas de comunicação humana, que favorecem a fragmentação do entendimento do mundo em um meio que poderíamos chamar de ditadura da aparência, da ficção, do presente e do individualismo. Esta tende a ser a base objetiva de onde se origina a tensão entre o reflexo da realidade social na subjetividade e o horizonte de possibilidades do dever ser que o indivíduo põe para si, em suas ações, especialmente por meio do trabalho ou em função dele e de sua ausência, e, por meio da práxis social.

No início do século, a realidade social objetiva e sua representação para os sujeitos era mediada por processos de reprodução social, que permeavam, com certa clareza, do que se depreende da leitura do texto de Gramsci, as esferas do trabalho e da racionalização cultural para a formação do sujeito. O “vício parecia fazer elogio à virtude”. No capitalismo do final de século, o vício e a virtude se nos apresentam como esferas que se excluem, ainda que se pertençam mutuamente. Dessa forma, as relações entre o trabalho e a racionalização da cultura, bem como a formação do sujeito tendem a instituírem-se de forma complexa, dinâmica e de difícil entendimento, num contexto de ruptura e simultânea continuidade histórica, quando as reformas de todas as naturezas tornam-se os eventos fundamentais da vida social e política, como se pode depreender do texto de Popkewitz sobre as reformas educacionais, a formação do

sujeito e o trabalho, ainda que em perspectiva teórica diferente da de Gramsci, sobre os dias atuais:

(...) la ecología de la reforma está relacionada con las pautas de regulación social de la escolarización. La escolarización de masas constuyó una reforma fundamental de la modernidad, institucionalizada durante los últimos docientos años, cuando el Estado moderno asumió las tareas de socialización y educación en respuesta a las rupturas habidas en las pautas de producción y reproducción. La significación de la pedagogía moderna constituye su enlace con los problemas de la regulación social; la pedagogía vincula las preocupaciones administrativas del Estado con el autogobierno del sujeto. Las formas de conocimiento en la escolarización encuadran y clasifican el mundo y la naturaleza del trabajo que, a su vez, tiene el potencial para organizar y configurar la identidad individual (...) (Popkewitz, 1994: p. 26).

São dois momentos históricos do capitalismo caracterizados pela transição nas esferas que fundam e reproduzem a sociedade, com profundas transformações em tais movimentos. Destacam-se, no entanto, as mudanças no âmbito da racionalização da cultura, do trabalho, bem como nos processos sociais de formação do sujeito em ambas as esferas. Em tais momentos as relações entre trabalho e educação alteram-se e impõem uma pauta de preocupações, sobretudo neste final de milênio - o trabalho precarizado, a educação instrumental e uma drástica transformação na individualidade (Cf. Ferretti, Oliveira & Silva Jr., 1999: pp. 157-167). Três temas polêmicos e fatos deploráveis que a destruição do processo civilizatório levado a termo pelo capital põe, infelizmente, em destaque, e que se produzem em relação com uma direção de forte degradação humana. Uma das maneiras de se compreender as relações entre o trabalho, a reprodução social e a constituição do sujeito reside na análise ontológica lukacsiana.

Para o pensador húngaro, a especificidade do trabalho humano reside na posição teleológica, posta pela consciência humana, que organiza a forma de ser do indivíduo durante o processo de trabalho ou da práxis social, e, através dos atos reflexivos desse processo, aumenta a complexidade de sua própria consciência, bem como, produz transformações na sua forma de ser, quando produz um novo existente – resultado do trabalho ou da práxis –, com isso, estabelecendo uma nova objetividade social, realizada pelo processo de objetivação durante o trabalho ou a práxis.

Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais. É claro, como

veremos mais adiante, que não se deve ser esquemático e exagerar este caráter paradigmático do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; mas assim mesmo, ressalvadas as diferenças, que são muito importantes, veremos que há uma essencial afinidade ontológica e esta brota do fato de que o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições sócio-teleológicas exatamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária (Lukács, 1981: p. 6).

Lukács acentua a especificidade do trabalho humano pela existência do pôr teleológico, isto é, a consciência humana põe uma finalidade a ser realizada por meio do trabalho e da práxis, a partir dos nexos causais dos objetos na natureza ou na sociedade, a partir de uma objetividade dotada de automovimento e de legalidade ontológica própria. Dessa forma, a posição teleológica é um momento da realidade material, em um processo homogêneo, de dois heterogêneos (nexos causais dos objetos e a posição teleológica), que não são dissociáveis no trabalho, nem na práxis. Assim, esse momento, o da prévia ideação, já tem em si a generalização da totalidade social, por meio do trabalho ou da práxis.

Detalhando o acima enunciado, para poder realizar o fim posto pela consciência, produzindo, por meio do trabalho, um novo existente, o homem precisa conhecer, com grau de precisão adequado, a legalidade da objetividade, que será transformada. Isto lhe impõe um entendimento do ser objetivo e objeto de seu trabalho, portanto, no plano da consciência. Há, dessa maneira, a busca dos meios para a realização dos fins no momento da prévia ideação. Tal momento consiste em um processo gnosiológico, quando o ser objetivo, que por esse processo, torna-se um não ser no plano da consciência, instaura uma nova objetividade no plano da consciência, que, agora, é uma consciência, que se revela potência para a realização do fim posto por ela mesma, torna-se possibilidade de realização de um novo existente e de transformação do ser. Porém, sem a realização da potência produzida pelo reflexo da objetividade na consciência do homem, não há tais mudanças acima aludidas, nem na objetividade, menos ainda na existência do sujeito. O reflexo da objetividade na consciência humana produzindo uma nova objetividade na consciência deve-se à possibilidade, no caso humano, de o homem ser e ao mesmo tempo ser na consciência, através do processo gnosiológico, o que faz da consciência não um epifenômeno, mas realidade subjetivada por meio do reflexo da objetividade social ou da natureza. Segundo Lukács:

(...) para aclarar bem essa estrutura de fundo que surge a partir do trabalho, [devemos examinar] o fato de que no reflexo da realidade como premissa da presença de fim e meio no trabalho se realiza uma separação, um afastamento do homem do seu ambiente, uma tomada de distância que se manifesta claramente no confronto mútuo entre sujeito e objeto. No reflexo da realidade a reprodução se destaca da realidade produzida, coagulando-se

numa *realidade* própria da consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade, porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão defronte um ao outro como coisas heterogêneas, mas são até mesmo opostas: o ser e o ser na consciência (Lukács, 1981: pp. 24-25).

Sobre a relação entre gnosiologia e ontologia, Lukács afirma:

Natureza e trabalho [objetividade e trabalho], meio e fim chegam, deste modo a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, no fim, o produto do trabalho. No entanto, a superação das heterogeneidades mediante a unitariedade e a homogeneidade do pôr tem limites precisos. Não nos referimos, porém, àquela situação óbvia já esclarecida, na qual a homogeneização implica o reconhecimento correto dos nexos causais da realidade. Se houver erro a respeito deles no processo de busca, sequer se podem chegar a ser – em sentido ontológico – postos; eles continuam a operar de modo natural e a posição teleológica se suprime por si mesma, uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato da consciência devido a impotência diante da natureza. Aqui se toca com a mão a diferença entre pôr em sentido ontológico e gnosiológico (Lukács, 1981: pp. 14-15).

Aqui, o pensador húngaro, procura alertar para a impossibilidade da ontologia somente no plano da consciência, dito de outra forma, Lukács insiste na impossibilidade da existência tão somente no plano gnosiológico, ou ainda, de que a existência somente tem sentido na sua relação com a objetividade, e, essa, por sua vez, cada vez mais, por meio do trabalho humano ou da práxis, torna-se uma objetividade social, distanciando-se, pois, da natureza, ainda que, jamais poderá suprimi-la. Do que se depreende, segundo Lukács, a impossibilidade do ser na consciência, ou, de uma ontologia por meio do trabalho filosófico e a impossibilidade de uma práxis teórica. Para esse autor, o trabalho e a práxis social, na sua relação direta ou indireta com a natureza e a sociedade, são as únicas referências para uma ontologia do ser social em sua dimensão singular ou no âmbito da genericidade da espécie humana. Por outro lado, a existência do ser social jamais poderia completar-se sem a apreensão dos meios para a realização dos fins, o que implica afirmar a importância dos processos reflexivos e gnosiológicos, ainda que tais processos tenham como referência as formas de existências objetivas e subjetivas.

Por outro lado, uma vez realizada a prévia ideiação, produz-se no plano da consciência uma tensão, e uma objetividade, entre a busca dos meios e o fim posto. Cabe ao homem, com sua consciência na condição de possibilidade de

realização do fim, a escolha da objetivação de tal potência. Ele terá que escolher qual dentre as alternativas contidas no horizonte de possibilidades criado pela objetividade social e pela natureza, promoverá a objetivação da prévia ideação por meio do trabalho - existem alternativas para a objetivação. A escolha de uma alternativa dentre várias existentes na natureza ou na objetividade social, impõe ao homem um juízo de valor. Nos primeiros estágios, os valores estão ligados à utilidade do objeto produzido, em estágios mais avançados, há uma complexificação das possibilidades, que implica uma complexificação da base valorativa, que apresentar-se-á como a ideologia. Em sociedade de classes, sempre segundo o pensador húngaro, a ideologia além de dar sentido à práxis social, também opera politicamente, dando o sentido da organização social determinada, às práxis individuais.

A alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo da criação de um existente (Lukács, 1981: p. 31) .

Dito de outra forma, entre o horizonte de possibilidades posto pela natureza ou pela objetividade social e a realização da finalidade posta pela posição teleológica no trabalho, a alternativa é a categoria mediadora produzida pela consciência, porém repleta da materialidade da totalidade social. Do exposto acima sobre a anatomia do trabalho humano segundo Lukács, pode-se afirmar que quanto mais se torna reiterativa a realização da finalidade por meio do trabalho pelos atos reflexivos, mais torna-se social o sujeito, e, de outro lado, mais social torna-se a realidade sobre a qual o homem atua. Quanto mais se consolidam os heterogêneos “ser e ser na consciência” por meio do trabalho e da práxis social, maior a sociabilidade, e maior o distanciamento das esferas de existência anteriores à social. Quanto mais precisa a busca dos meios, maior a complexidade dos atos reflexivos no plano da consciência, mais o homem afasta-se do homem movido somente pelos seus próprios instintos, mais social se torna.

Esse distanciamento [possível dado a diferença entre o ser e o ser na consciência] tem como outra importante conseqüência o fato de que o trabalhador é obrigado a dominar conscientemente os seus afetos. Num determinado momento ele pode sentir-se cansado, mas se uma interrupção for nociva para o trabalho ele continuará; na caça, por exemplo, pode ser tomado pelo medo, no entanto permanecerá no seu posto e aceitará lutar com animais fortes e perigosos; etc (É preciso repetir que estamos falando do trabalho enquanto produtor de valores de uso, que é sua forma inicial. Só nas sociedades mais complexas, de classes, essa conduta originária se entrecruza com outros motivos, surgidos do ser social, como por exemplo a sabotagem no trabalho. No entanto, também neste caso permanece, como pano de fundo, o domínio do consciente sobre o instinto).

É evidente que, deste modo, entram na vida humana tipos de comportamentos que se tornam decisivos para o ser-homem do homem. É reconhecido universalmente que o domínio do homem sobre os próprios instintos, afetos, etc., constitui o problema fundamental de qualquer disposição moral, desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética. (...) O homem foi definido como animal que constrói seus próprios utensílios. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Esse também é um momento do salto [ontológico] a que nos referimos, da saída do homem da existência puramente animalesca (Lukács, 1981: p. 40).

Vimos como a categoria alternativa produzida na consciência realiza a mediação entre a finalidade posta, a ser realizada, o dever ser, e o horizonte de possibilidades pertinente à totalidade social. No entanto, há que se discutir, ainda, a relação indissociável entre o dever ser e o valor, bem como a natureza do valor. O dever ser acompanha, por meio da ação humana mediada pela consciência, toda cadeia causal do processo de trabalho, para garantir a realização da posição teleológica. Já o valor, ainda que já se ponha na gênese da categoria alternativa, procura indicar a posição de utilidade social do resultado do trabalho ou da práxis. Sendo, portanto, de natureza objetiva e social, dessa forma, o valor permanece nas relações entre a objetividade e a subjetividade. Importa, aqui, destacar, não só sua natureza objetiva social – assim nem somente subjetiva, tão pouco determinadamente objetiva –, mas também sua função social quanto à utilidade da realização da finalidade do trabalho, e, por isso, a indissociabilidade entre o valor e o dever ser.

Por outro lado, no capitalismo os processos sociais são mais complexos, o processo econômico global socializa cada vez mais o homem (o sujeito), cada vez mais, por meio dos processos de reprodução, o processo econômico global constitui, de uma determinada forma consoante determinado momento histórico do capitalismo, os sujeitos do trabalho e da práxis social. Ao mesmo tempo, a economia capitalista é uma economia de tempo de produção por meio do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente, nesse final de século. Isto, historicamente, tem produzido o potencial aumento progressivo do tempo livre (ao lado da exclusão social), porém contendo *in nuce*, a possibilidade de uma sociabilidade do homem para si não em si. Escreve Lukács, aludindo a Marx:

Economia de tempo, no entanto, significa relação de valor. O próprio trabalho simples, voltado apenas para o valor de uso, é uma forma de sujeitar a natureza ao homem, para o homem, tanto na medida em que transforma de acordo com suas próprias necessidades, como na medida em que vai dominando os seus instintos e afetos puramente naturais e, por este meio,

começa a formar as suas faculdades especificamente humanas. O fato objetivo de que a legalidade econômica tende à economia de tempo, produz diretamente a divisão do trabalho cada vez mais em nível mais pleno, isto é, dá origem, cada vez mais a um ser social com um nível de sociabilidade sempre mais pura. Deste modo, esse movimento, independente do modo como o interpretam as pessoas que dele participam, é um passo adiante na realização das categorias sociais a partir do seu ser em si original até o um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo. Acontece que a encarnação adequada deste ser-para-si da sociabilidade efetivada, que se realizou a si mesma é o próprio homem. Não o ídolo do homem isolado, em geral, abstrato, que nunca existiu, mas, ao contrário, o homem na sua concreta práxis social, o homem que com suas ações e nas suas ações encarna e torna real a espécie humana (Lukács, 1981: p. 71).

Em outra passagem de sua *Ontologia*, Lukács aprofunda o que indicou acima, bem como nos mostra, do ponto de vista ontológico, a relação entre os valores de uso e de troca, e a possibilidade, com o aumento progressivo da sociabilidade humana promovida pelo processo econômico global, da progressão no sentido do desenvolvimento social ulterior da humanidade. Segundo o Autor, o valor de uso – mediador entre o homem e a natureza, que realiza a satisfação de suas necessidades – é a intencionalidade objetiva do trabalho humano, que, no entanto, o realiza no capitalismo, em que o processo econômico global cada vez mais socializa o indivíduo por meio de relações sociais movidas pela mercadoria, promovendo tais relações um processo de reificação do homem. Do que decorre uma contradição no processo de socialização do indivíduo, um processo de socialização contrário ao desenvolvimento social ulterior da humanidade. Afirma Lukács:

A objetividade do valor econômico está fundada na essência do trabalho como intercâmbio orgânico entre sociedade e (natureza) e, no entanto, a realidade objetiva do seu caráter de valor vai além deste nexos elementar. A própria forma original do trabalho, para a qual a utilidade fixa o valor do produto, mesmo que se relacione diretamente com a satisfação da necessidade, põe em movimento, no homem que o realiza, um processo, cuja intenção objetiva – independente do grau de consciência – está voltada para o ulterior desenvolvimento do homem. Desse modo, há, no valor econômico, uma elevação qualitativa com respeito ao valor que já existia na atividade simples, produtora de valor de uso. Temos, assim, um movimento duplo e contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor adquire uma dimensão de universalidade, de domínio sobre o conjunto da vida humana e isto acontece ao mesmo tempo que a utilidade vai se tornando cada vez mais abstrata, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume a função de guia nas relações sociais entre os homens. Sem que com isso se possa esquecer que o

pressuposto para a existência do valor de troca é o valor de uso. O elemento novo contraditório, dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese e não a sua simples negação abstrata. De um lado, esse desenvolvimento, responsável por formações realmente sociais como o capitalismo e o socialismo, é em si mesmo contraditório, o que é extremamente importante e fecundo: a sociabilidade desenvolvida da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, com respeito ao econômico, no qual uma práxis real só é possível na medida em que esteja orientada para finalidades econômicas imanentes e para a correlativa busca dos meios. Com efeito, a expressão *homo economicus* não surge por acaso e muito menos por equívoco; ela representa em termos adequados e plásticos o comportamento imediato do homem em um mundo onde a produção se tornou social. Mas apenas o comportamento imediato. Com efeito, tanto no capítulo sobre Marx, como nas presentes considerações, fizemos questão de deixar claro que não podem existir atos econômicos – desde o trabalho originário até a produção social pura – sem intenção, ontologicamente imanente, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo, ou seja, que diz respeito tanto à sua gênese quanto ao seu desenvolvimento. Essa constituição ontológica da esfera econômica ilumina a sua relação com os outros domínios da práxis humana (Lukács, 1981: p. 74).

O trabalho simples produtor de valor de uso, nos estágios menos evoluídos da humanidade, transforma-se em modelo da práxis social no estágio atual de desenvolvimento histórico da humanidade, e carrega consigo, nos processos de reprodução sociais a progressão contraditória do capitalismo. É, pois, segundo, Lukács, a protoforma do ser social em suas dimensões irrepitível e da totalidade social.

A contradição produzida no início do texto pode melhor ser entendida, no âmbito histórico e teórico (na concepção de Lukács), bem como as relações entre as reformas educacionais, a reconversão produtiva e a constituição do sujeito se, ainda que brevemente, esboçarmos o trânsito do fordismo ao presente momento do capitalismo mundial e sua expressão no Brasil.

O fordismo brevemente pode ser caracterizado pela sua rigidez produtiva e econômica legitimado por uma cultura com grande influência da dimensão política, em face da centralidade ocupada pelo Estado de Bem Estar Social, gestor do macroacordo social que marcou os anos dourados deste século. A esfera pública é uma das principais instituidoras das relações sociais, o associativismo em sindicatos e partidos políticos é, em termos, um corolário da força do público; o coletivo é, portanto, um valor muito forte na cultura em geral, disto resultando políticas públicas voltadas para as demandas sociais, particularmente para a esfera educacional.

Como outras crises do capitalismo, que se caracterizam por superprodução de capital em suas variadas formas, a crise fordista também foi uma crise de superprodução de capital, nesse caso: uma superprodução de capital na sua forma financeira. Isto impôs aos gestores da economia mundial a busca de materialidade na produção de capital produtivo, obrigando, pela primeira vez na história do capitalismo, a internacionalização do capital na sua forma produtiva, processo denominado por Chesnais (1995) de “mundialização do capital”, uma internacionalização distinta da do início do século, quando nessa predominaram as formas mercantis e financeiras do capital. O processo, no final deste século, faz-se necessária e articuladamente com a redefinição da hierarquia política mundial, e com a reconfiguração das esferas pública e privada. Isso põe em movimento em grande parte do planeta reformas do Estado em direção a uma restrição e desregulamentação da esfera pública e proporcional alargamento da esfera privada.

A experiência social de mais de sessenta anos do Estado de Bem-Estar, se considerarmos a Grande Depressão de 29 como marco da universalização de medidas de bem-estar, produziu o processo de sua “naturalização”(…) no sentido habermasiano de esgotamento das energias utópicas. Na base dessa “naturalização” estão dois fenômenos extremamente importantes, ao primeiro dos quais a literatura não dá nenhuma importância, e ao segundo dos quais já se dedicou bastante papel e que se tem chamado a perda da centralização do trabalho (Offe, como representativo), isto é, as profundas modificações na classe operária. Mas o primeiro fenômeno diz respeito às burguesias e no que (...) chamarei seu processo de intensa subjetivação da acumulação de capital, da concentração e centralização, cujo emblema e paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência da desnecessidade, aparente, do público. Todo o discurso sobre as multinacionais, que ultrapassam e tornam obsoletos os Estados Nacionais, são formas expressivas dessa subjetivação de uma experiência que, contraditoriamente, foi alavancada (feíssima palavra) justamente pelo Estado de Bem-Estar (Oliveira em: Oliveira, F. e Paoli, M. C., 1999: pp. 56-57).

Tal processo teve grande influência no redesenho dos espaços sociais, predominantemente orientados pela lógica pública, particularmente, a educação. A redefinição das esferas pública e privada como referido acima possibilitaram a entrada do capital em tais espaços sociais, num contexto de Estado reformado, e, com sua entrada, a reorganização segundo a lógica privada, provocando, dessa forma, as transformações culturais e identitárias nas instituições educacionais.

No Brasil, essas mudanças ganham concreticidade a partir de meados dos anos noventa, quando fundada em uma aliança política, o governo de Fernando Henrique Cardoso põe em movimento, com muita capacidade política e

administrativa, a tradução brasileira da mundialização do capital, com graves conseqüências para a economia brasileira - que se desnacionaliza e se desindustrializa -, para a democracia (que, agora é desenvolvida em uma sociedade desorganizada) e para as esferas sociais de atividade humana, que se passam a organizar, fortemente pela lógica mercantil. No que toca a educação, tal processo verificou-se nas reformas de todos os níveis de ensino, em suas naturezas pública e privada, porém dada sua própria lógica, isto tornou-se mais explícito no setor privado, que a partir de seus representantes puseram-se a redesenhá-lo, assumindo posição hegemônica na esfera educacional, indicando, a longo prazo, um predomínio de traços culturais privados em toda esfera educacional.

Por outro lado, vale destacar a reconversão produtiva como outra face da produção social da nova individualidade, ao produzir um novo paradigma de trabalho, acaba, como já frisava Gramsci, construindo novas condições históricas para uma nova forma de vida, uma nova sociabilidade, na sua indissociável relação com a constituição do novo sujeito.

Esse novo momento histórico que se inaugura nos anos setenta – como já dito - transcende a internacionalização da economia, trata-se de sua mundialização.

Segundo Chesnais (1996: p. 51), existem três dimensões principais para a realização de tal processo: “intercâmbio comercial, investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou capital financeiro” e acrescenta que: “as relações entre essas três modalidades de internacionalização devem ser buscadas ao nível das três formas ou ciclos da movimentação do capital, definidos por Marx: o capital mercantil; o capital produtor de valor e de mais-valia; o capital monetário ou capital-dinheiro”.

Chesnais (1996), citando Michalet (1985), afirma que essa abordagem permite mostrar a passagem da internacionalização da economia, com base no comércio exterior e nos fluxos de capital monetário e financeiro, para a economia mundializada, a sua vez, ancorada na mundialização do capital produtor de mais-valia, ou seja, do capital produtivo. O aumento do investimento externo direto (IED) e as conseqüências qualitativas daí derivadas na reorganização das economias nacionais e mundial e, especialmente, nas grandes corporações transnacionais, provocam uma mudança no paradigma tradicional. Segundo Michalet:

No paradigma tradicional, o capital produtivo fica colocado por fora da mundialização do capital. A transformação da economia internacional em economia mundial coincide com o fim dessa dicotomia. A mundialização do capital produtivo torna-se parte integrante da mundialização do capital (Michalet, 1985: p. 309).

Acrescenta Chesnais (1996), “mais exatamente, torna-se o centro dela” (mundialização do capital). Na década de oitenta a mundialização do capital produtivo ou investimento externo direto (IED) sofreu um aumento significativo, especialmente, no início desses anos, declinando atenuadamente no final dessa década. No entanto, para além dos aspectos quantitativos do IED na economia mundial, seus aspectos qualitativos, parecem, realmente colocá-lo no centro da mundialização do capital. Para Chesnais, citando H. Bourguinat (1992) são quatro as principais razões:

Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IED “não tem uma natureza de *liquidez* imediata (pagamento à vista) ou diferida (crédito comercial)”. Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, sua segunda característica é introduzir uma “dimensão intemporal” de grande importância, pois a “decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por vários longos períodos”. A terceira particularidade é “implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação”. “Por último” [e talvez mais importante], diz Bourguinat, “existe um *componente estratégico* evidente na decisão de investimento da companhia. Não somente seu horizonte é sensivelmente mais amplo, como também as motivações subjacentes são muito ricas (...) a idéia de penetração, seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para ‘sugar’ as tecnologias locais, faz parte desse aspecto ‘estratégico’ do investimento direto e, geralmente, está inserido num processo complexo de tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes.” Ressalte-se o uso do termo “sugar” (*siphonner*), pouco habitual entre os economistas acadêmicos. Esse termo remete à existência, no contexto de estruturas concentradas, de *mecanismos de apropriação* e de centralização, pelas companhias mais fortes, de ativos ou riquezas produzidos por agentes econômicos (além de assalariados, claro); no caso, pequenas empresas industriais, comerciais ou de pesquisa, cuja existência é reconhecida por poucos autores acadêmicos (Chesnais, 1996: p. 54).

Nesse contexto de mundialização da economia, tendo como estratégia central não mais o comércio exterior e o capital financeiro, mas antes, o capital produtivo por meio do investimento externo direto, emerge um novo paradigma de empresa, com novas estruturas corporativas, novas formas organizativas, novas formas de gestão, assentadas em nova base produtiva, possibilitadas, nesse último caso, pelas atuais tecnologias produzidas no âmbito da terceira revolução tecnológica. Afirma Chesnais, citando Michalet, a emergência de um “novo estilo” denominado tecno-financeiro:

(...)de internacionalização baseada nos ativos intangíveis da companhia, no seu capital humano”. E Michalet precisava: “A estratégia tecno-financeira é o resultado de uma evolução das atividades das companhias no exterior, passando da produção material direta para o fornecimento de serviços. A base de sua competitividade está alicerçada na definição de um *know how* e na P&D. Ela tentará valorizar essa vantagem em todos os setores onde for possível aplicar suas competências tecnológicas. Com isso, ela tenderá a sair do seu setor de origem e diversificar-se em modalidades totalmente originais. Sua nova força reside em sua capacidade de montar ‘operações complexas’, [que] irão exigir a combinação de operadores vindos de horizontes muito diferentes: empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais de financiamento. Destes, uns serão locais, outros estrangeiros, outros terão estatuto internacional” (Chesnais, 1996: pp. 59-60)

Chesnais (1996), citando Dunning (1988), complementa que essas corporações seriam:

(...)o sistema nervoso central de um conjunto mais amplo de atividades, interdependentes mas gerenciadas menos formalmente, cuja função primordial consiste em fazer progredir a estratégia concorrencial global e a posição da organização que está no âmago (*core organization*). (...) Não é apenas, ou mesmo principalmente, pela organização mais eficiente de sua produção interna e de suas transações, ou por suas estratégias de tecnologia de produtos e de comercializações, que essa organização atinge seu objetivo, e sim *pela natureza e forma das relações que estabelece com outras empresas* (Chesnais, 1996: p. 77).

No atual contexto da economia mundializada, ainda que o investimento externo direto seja o centro dessa nova ordem econômica, a força do capital monetário ou financeiro faz-se presente na estruturação do novo paradigma corporativo que vimos descrevendo acima. O monetarismo assume determinado lugar de macrogestão econômica em nível mundial, influenciando largamente as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas.

O “objetivo”, mais que nunca, é o lucro, ao qual se soma, em combinações variáveis de um capitalismo “nacional” para outro, o objetivo de crescer e durar. Com efeito, no quadro da mundialização financeira, (...) o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações, e tanto mais de perto, na medida em que esses são, cada vez mais freqüentemente, grandes investidores institucionais (fundos de pensão, grupos de seguros gerindo carteiras de ativos importantes etc.), e que têm a possibilidade de comparar tal rendimento com o de ativos financeiros puros. O grupo multinacional, então, precisa ser eminentemente rentável, mas atualmente essa rentabilidade não pode mais ser baseada unicamente na produção e

comercialização próprias do grupo e de suas filiais. Precisa basear-se [antes de tudo] nas suas “relações com outras empresas” (Chesnais, 1996: p. 77).

Do afirmado acima, pode-se depreender que as fronteiras entre lucro e renda tornam-se cada vez mais fluidas, com conseqüências cada vez mais fortes para a consolidação do novo paradigma organizacional das grandes corporações em nível mundial, obrigando-as ao estabelecimento de relações mais consolidadas com outros grupos, empresas de variados portes em nível planetário.

A multiplicação das participações minoritárias de companhias “coligadas”, das participações em cascata e, sobretudo de numerosos acordos de terceirizações e de cooperação inter-empresas, que levaram ao surgimento das chamadas “empresas-rede”, não teve como único efeito tornar muito permeáveis e indistintas as fronteiras da companhia. Também acarretou a incorporação, ao lucro, de receitas que se resolvem em créditos sobre a atividade produtiva de outra companhia, sob a forma de punções sobre seus resultados de exploração brutos. Essa dimensão é particularmente fácil de se perceber nas “novas companhias de investimentos” (Chesnais 1996: p. 78)

Como se pode observar a mundialização do capital impõe mudanças na organização do processo de trabalho em suas dimensões físicas – possíveis graças à terceira revolução tecnológica -, nas dimensões organizacionais e gerenciais. A *gestão da qualidade total, learning organization* ou qualquer título que se dê às novas formas gerenciais no plano da Teoria Geral da Administração é um corolário totalizante das transformações econômicas, políticas e organizacionais da atual forma organizativa do capitalismo, e, torna-se parte da nova pedagogia do capital no âmbito do setor produtivo.

Na encruzilhada do capital com o trabalho, da matéria e da inteligência, as novas tecnologias mudaram, em duas ou três décadas, não só a nossa maneira de trabalhar, como toda a nossa maneira de viver. Elas se inscrevem num duplo movimento que caracteriza as sociedades desenvolvidas de hoje: a inserção cada vez maior de inteligência nos objetos, nas máquinas, nos processos de produção, de informação e de comunicação, de comercialização e, ao mesmo tempo, a mobilização crescente da inteligência nos processos econômicos e sociais. A ‘matéria cinzenta’ é reconhecida como o principal recurso (Caspar em: Witkowski, 1995: p. 81).

Ou no dizer de Lévy:

Vivemos uma cultura informático-mediática portadora de um tipo de temporalidade social baseada num ‘tempo real’ e em um ‘conhecimento por simulação’, não inventariado antes da chegada dos computadores (1993: p. 133).

É interessante destacar das observações acima as transformações no âmbito das unidades produtivas suscitadas pela mudança das bases científico-tecnológicas, não somente no que toca ao especificamente técnico e organizacional, bem como, no que diz respeito a uma mudança na forma de ser dos trabalhadores no nível da produção, ou, mesmo no plano administrativo, baseada numa “temporalidade social” – em um contexto de uma nova constelação de relações sociais e uma nova cultura institucional da empresa -, mas que se embasa num “tempo real” e em um “conhecimento por simulação”. As formulações de Lukács nos ajudam a melhor entender esse processo. Vejamos. Os processos formativos de qualquer natureza buscam preparar os trabalhadores em geral, de qualquer nível, para a implantação e gestão de uma empresa com um paradigma instituidor radicalmente distinto do até então vigente. Isso implicou alterações, de um lado, na própria realidade da Empresa (mudanças físicas e organizacionais), de outro, e em função disso, mudanças no horizonte de possibilidades para a consecução do fim que toda atividade de trabalho propõe-se. Isso implica dizer que essas mudanças impunham uma nova visão da realidade institucional, e novas alternativas para realização dos fins no trabalho, posto que o horizonte de possibilidades é radicalmente distinto. Portanto, para realizar qualquer função ou operação na Empresa organizada segundo o novo paradigma, o universo de alternativas era *qualitativamente* diverso do anterior e articulado com o novo universo físico e organizacional. A realização de qualquer função ou operação está, no novo paradigma, associada a uma nova base valorativa, uma nova ética e uma nova moral. E, qualquer trabalhador ou funcionário em seu trabalho, para levá-lo a termo, tem que escolher uma alternativa dentro do novo universo e, dessa forma, tem que assumir novos valores no momento da escolha da alternativa para a realização do fim posto, valores que não se apresentam de forma explícita, antes, são ocultados pelo visível procedimento técnico sobre uma visível base técnica, o que constitui um processo ontológico de constituição de um novo sujeito. No paradigma da empresa integrada e flexível – necessária à forma organizacional da empresa-rede imposta pela mundialização do capital -, com o uso intensivo da tecnologia, como já dito, o trabalho altera-se profundamente, passando a exigir trabalho em equipe (dado o *lay out celular*), visão mais ampla do processo produtivo, e a produção de outro tipo de controle sobre o trabalho humano, que mais se assemelha ao autocontrole do trabalhador, a empresa, com sua organização precisa de um autômato programado com seus objetivos e valores.

O trabalho executado com a nova forma de organização do trabalho e nova base tecnológica indica uma alteração no conteúdo do trabalho na empresa organizada segundo o novo paradigma. O trabalhador não tem um envolvimento direto com o trabalho, não o realiza como anteriormente, antes, o mantém e o controla por meio dos painéis organizados segundo uma linguagem simbólica, o que, eventualmente faz muitos entusiastas desse processo de trabalho afirmar,

que o trabalho na produção passou por um processo de intelectualização e de democratização. Ao contrário, nessa forma organizativa o trabalhador somente faz cálculos para tirar dúvidas, quando, nas formas anteriores era integralmente manual. Destaca-se, por outro lado, o enxugamento de postos com a transição do arranjo físico seqüencial para o celular, e, o respectivo alargamento de tarefas e responsabilidades, possibilitando ao capital integrar o trabalho improdutivo (no sentido que lhe atribui Marx) às funções e operações produtivas executadas por um único trabalhador. D’outra parte, o arranjo físico celular torna-se a preparação para o processo de uma “terceirização estrutural”, na direção da reorganização da empresa na forma de empresa-rede, o que afeta, de maneira mais ampla, a estrutura do mercado de trabalho e, conseqüentemente, a forma de ser do trabalhador na sociedade e no interior das unidades produtivas.

Destaca-se, ainda, que articuladamente com os treinamentos e certificações dos trabalhadores, diante da racionalidade das novas alternativas, a base valorativa dos trabalhadores, não sem conflitos, vai se transformando em todas suas esferas de atividade humana, produzida pela sua práxis no trabalho, no contexto de uma nova base física, uma nova forma de organização do trabalho e de uma nova gestão. Enfim, seus valores alteram-se porque se altera seu universo de possibilidades e de alternativas para sua práxis social no trabalho, universo produzido pela fábrica, sua organização e gestão orientadas pela presente dinâmica do capitalismo mundial e sua expressão no Brasil.

A unidade produtiva é uma totalidade social que expressa a dinâmica do capitalismo no momento atual, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, o reproduz. Portanto, se na unidade produtiva o sujeito faz-se pelos processos já referidos, na sua práxis social nas outras atividades da vida humana, a racionalidade permanece. No âmbito político, a privatização do público, como analisado, expressa-se na constituição de sua individualidade, assim como, a descoletivização e a acentuada tendência de desaparecimento do associativismo político. A política tecnifica-se, a administração pública torna-se gerencial e mercantil e as esferas sociais, com destaque para a educação por meio das reformas, passam por semelhantes processos. Na fixação dos novos valores no trabalho e em outras atividades, o capital, através da destruição de seu próprio contrato social, do próprio processo civilizatório promove, ainda que com contradições, o aniquilamento do sujeito, num contexto de degradação humana, no qual há para os incluídos um Estado de Direito, e para a grande maioria, a bestialidade do Estado Natural a que Locke se referia – o espectro da barbárie ronda a *world class*, enquanto seus intelectuais negociam a sorte do mundo em *Wall Street*. Este é o cenário que internalizamos em todos os processos formativos na nossa podre sociedade mundializada, especialmente os cidadãos e não-cidadãos (a maioria) da América Latina.

Bibliografia

- Bourguinat, H. (1992) *Finance internationale* (Paris: Presses Universitaires de France).
- Caspar, Pierre (1995) “O Futuro dos investimentos imateriais”, em Witkowski, Nicolas *Ciência e tecnologia hoje* (São Paulo: Editora Ensaio).
- Chesnais, François (1996) *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã).
- Dunning, J. H. (1988) *Explaining international production* (London: Unwin Hyman).
- Ferretti, Celso João, Oliveira, Maria Rita & Silva Jr, João dos Reis (orgs.) (1999) *Trabalho, formação e currículo – para onde vai a escola?* (São Paulo: Editora Xamã).
- Gramsci, Antonio (1988) *Maquiavel, a política e o estado moderno* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira).
- Lévy, Pierre (1995) “As novas técnicas de administração do saber”, em Witkowski, Nicolas *Ciência e tecnologia hoje* (São Paulo: Editora Ensaio).
- Lukács, György (1981) “Trabalho”, em *Per una ontologia dell'essere sociale* (Roma: Ed. Riuniti).
- Michalet, C. A. (1985) *Le capitalisme mondial* (Paris: Presse Universitaires).
- Oliveira, Francisco (1999) “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, em Oliveira, Francisco & Paoli, Maria Célia (orgs.) *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global* (Petrópolis: Editora Vozes/Fapesp).
- Popkewitz, Thomas (1994) *Sociologia política de las reformas educativas* (Madrid: Ediciones Morata).